



Anais da Assembléia

Nº 131

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dúlio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guilomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 100.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Cezar Silvestri, Ademir Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Carlos Simões, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Toti Colaço e Rossoni (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Duílio Genari, Erondy Silvério, João Iensen, José Afonso Júnior, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa, Plauto Miró Guimarães e Severino Félix (15). Achando-se em licença o Senhor Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 144/94

Curitiba, 07 de novembro de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, objetivando a redefinição do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado - FDE, instituído pela

Lei nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962.

A medida legal ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração, tendo em vista que procura readequar o FDE à atual situação sócio-econômica do Estado, eis que, da época de sua criação, janeiro de 1962, até o presente, decorrem mais de trinta anos, espaço temporal em que o Paraná atingiu um considerável patamar de progresso em todos os ramos de atividades. Nesse aspecto, deve-se ressaltar a importância, até histórica, da participação do referido Fundo nessa trajetória de desenvolvimento, considerando que articula recursos públicos de diversas fontes, em particular aqueles advindos dos "royalties" derivados da produção de energia, tendo ainda como objetivo, alavancar investimentos do setor privado paranaense, em segmentos industriais e agroindustriais estratégicos da economia estadual, seja sob a forma de financiamento direto de investimentos, seja mediante participação acionária ou concessão de créditos e avais.

Face ao exposto, urge a necessidade da reformulação da legislação específica, redefinindo o questionado Fundo, no sentido de torná-lo contemporâneo às novas tendências econômicas e sociais.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, criado pela Lei nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962, destina-se:

a) ao setor privado, no financiamento de empreendimentos industriais, agroindustriais, de turismo e hotelaria e de serviços de suporte industrial de base tecnológica. Serão consideradas como atividades agroindustriais as de pecuária confinada para leite e/ou corte, avicultura, suinocultura, piscicultura, silvicultura, fruticultura e outras, desde que associadas à transformação industrial;

b) ao setor público, no financiamento de infra-estrutura, desenvolvimento tecnológico dos institutos de pesquisa e na capacitação de recursos humanos voltados ao desenvolvimento industrial e tecnológico do Estado, no limite de 5% dos recursos disponíveis.

Art. 2º - Constituem recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico:

a) dividendos de ações em poder do Tesouro do Estado; excetuando-se as do setor

financeiro;

b) dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado em favor do Fundo de Desenvolvimento Econômico;

c) o produto de amortizações, juros, taxas, comissões, dividendos e outros interesses resultantes da aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico;

d) juros das aplicações financeiras dos saldos existentes;

e) produto da alienação de ações de sociedades instituídas pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico, ou com sua participação;

f) créditos adicionais do Estado e recursos não reembolsáveis, provenientes de outras fontes.

Art. 3º - A administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico será de responsabilidade do Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, a quem competirá analisar e aprovar os projetos de investimentos apresentados, consideradas as diretrizes emanadas do Conselho de Investimento, bem como manter contabilidade específica das operações deste Fundo.

Art. 4º - O Fundo de Desenvolvimento Econômico contará com um Conselho de Investimentos, com as seguintes atribuições:

a) estabelecer prioridades setoriais e regionais de financiamentos e investimentos, de acordo com as necessidades da economia paranaense;

b) incentivar a formação de profissionais e técnicos para desenvolvimento industrial e tecnológico do Estado;

c) deliberar sobre as operações que comprometem valores superiores a 10% dos recursos do FDE;

d) deliberar sobre a programação econômico-financeira do Fundo de Desenvolvimento Econômico;

e) deliberar sobre quaisquer outros assuntos que tenham relação com as atribuições especificadas nos itens anteriores.

Parágrafo Único - O Conselho de Investimentos se reunirá uma vez por semestre para análise e acompanhamento da programação do FDE.

Art. 5º - O Conselho de Investimento do FDE terá a seguinte constituição:

a) Governador do Estado, como seu presidente;

b) Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, como Secretário Executivo;

c) Secretário Especial da Indústria e do Comércio;

d) Secretário de Estado da Fazenda;

e) Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

f) Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia;

g) Presidente da Federação das Indústrias do Paraná;

h) Presidente das Organizações das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR;

i) Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná;

j) Presidente da Associação dos Municípios do Paraná.

Art. 6º - Na qualidade de administrador do Fundo de Desenvolvimento Econômico o Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, encaminhará semestralmente relatório da gestão do FDE ao Conselho de Investimentos que o remeterá à Assembléia Legislativa.

Art. 7º - Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, serão utilizados nas seguintes operações:

a) concessão de abertura de crédito ou avais;

b) subscrição, aquisição, alienação ou caução de ações ou debêntures;

c) pagamento de amortizações, juros e outras despesas relativas a empréstimos contraídos;

d) realização de estudos e projetos vinculados ao programa de aplicação do Fundo, para o que poderá dispendir até 2% (dois por cento) dos recursos;

e) oferecimento de garantias destinadas a cobrir empréstimos contraídos à conta do Fundo;

f) execução de obras, compra e venda de bens móveis e imóveis, destinados exclusivamente à implantação de unidades ou conjuntos industriais.

Art. 8º - Nenhuma operação de financiamento ou investimento será concedida à conta do Fundo de Desenvolvimento Econômico sem prévia aprovação, pelo BANESTADO, de projetos específicos que demonstrem a rentabilidade do empreendimento e seus reflexos no mercado de trabalho.

Art. 9º - Não será obrigatória a participação majoritária do Fundo de Desenvolvimento Econômico na composição do Capital social das empresas de que seja acionista.

Art. 10 - O Fundo de Desenvolvimento Econômico só poderá ser extinto por lei especial, que determinará o destino dos saldos de sua liquidação.

Parágrafo Único - Enquanto não ocorrer a sua extinção, o Fundo de Desenvolvimento

Econômico continuará sendo administrado pelo BANESETO ou seu sucessor.

Art. 11 - Dentro de sessenta dias o Banco do Estado do Paraná S/A e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral elaborarão as normas de operação do FDE.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nºs 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, 5.716, de 01 de dezembro de 1967, 5.792, de 12 de junho de 1968, 5.874, de 14 de novembro de 1968, 7.429, de 29 de dezembro de 1980 e 9.607, de 16 de maio de 1991 e demais disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº 2.971/94, do Sr. Olivir Garbato - Secretário de Estado da Educação, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Teste seletivo realizado em 1994". **AO Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 2.930/94, do Sr. Olivir Garbato - Secretário de Estado da Educação, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "O Sr. Denis Ferreira Neto" **AO Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 474/94, do Sr. Ronaldo Antônio Botelho - Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Lourenço Fregonesse, que pede esclarecimentos sobre "Convênio celebrado entre a SEJU e a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá." **AO Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 257/94, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos culturais e dá outras providências. Projeto este, de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 55/94, de autoria deste Deputado, que autoriza a construção de um Barracão nos Municípios com menos de 10.000 (dez mil) habitantes para a instalação de pequenas indústrias.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência, ao Projeto de Lei nº 329/94, de nossa autoria, que altera um dos dispositivos que especifica a Lei nº 9886 de 26 de dezembro de 1991, pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (I.P.V.A.) - "Das isenções de veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de 15 e mais de 25 anos de fabricação."

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 151/94, de nossa autoria, que denomina Ponte Ayrton Senna da Silva, a ponte que interliga Guaíra a Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 341/94, de nossa autoria, que revoga o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 9.937 de 20 de abril de 1992.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2468

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 305/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, por dez (10) Sessões.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2476

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Paulo Schnekenberg, ocorrido em Ponta Grossa.

Pessoa muito estimada e de grandes amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Frei Caneca, 300 - ap. 14, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2478

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Fernando dos Santos Ribas, ocorrido dia 30 de outubro.

Pessoa de grande estima, que com seu passamento deixou amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, sito à Rua Dr. Pinheiro Machado, 196 em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2479

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo voto de congratulações à Escola Estadual Nice Braga, pela comemoração dos seus 30 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No último dia 28 de outubro a Escola Estadual Nice Braga comemorou seu 30º aniversário. Fundada em 1964, a instituição desenvolve, há três décadas, magnífico trabalho em favor da criança paranaense.

Tal trabalho é digno de nota nos Anais

da Assembléia Legislativa, por ocasião da data comemorativa, e razão para congratulações com a Diretoria da Escola e todos os funcionários que colaboram na realização de suas atividades.

REQUERIMENTO Nº 2473

Senhor Presidente.

Requer, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações com o Dr. Moysés Paciornik, pelo trabalho médico que vem realizando há várias décadas, em prol da comunidade paranaense.

O Dr. Moysés Paciornik, que completou 80 anos há poucos dias, tem se destacado no cenário médico, não apenas do Paraná como do Brasil, por suas pesquisas, disseminação de técnicas avançadas e de novas idéias sobre saúde. Como ginecologista e obstetra, tem inovado dentro dessa área, sendo o principal divulgador no sul do País de técnicas como a do parto de cócoras.

Em plena atividade no exercício da medicina, Dr. Moysés Paciornik ainda realiza palestras no Brasil e exterior e dá cursos sobre o parto de cócoras e também de sua receita de vida, de como manter-se jovem aos 80 anos.

Pelo exemplo de vida, de dedicação e amor à vida e ao próximo, merece Dr. Moysés Paciornik, os votos de louvor e congratulações desta Casa.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao homenageado e à Associação Paranaense de Médicos.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2469

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua 8, Vila Osternak, os quais solicitam a mudança do telefone público que está instalado na Rua 07 nº 297, para a Rua 4, em frente à Mercearia do Nézio.

Pedem que o pedido seja atendido, uma vez que o local solicitado irá beneficiar ainda mais toda a população.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2472

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder a troca das lâmpadas queimadas da Rua Mato Grosso - Bairro Jardim Cecília, tendo em vista que à noite a escuridão é total.

Afirmam os moradores que há postes no local, somente necessitando da troca das lâmpadas.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2474

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, informações detalhadas sobre as alienações pretendidas pelo Poder Executivo e objeto de diversas Proposições em andamento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.11.94

(aa) PAULO MAIA

ALGACI TÚLIO

EMILIA BELINATI

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk e Elío Rusch.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nos alegra e nos honra usar a Tribuna do Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores nesta tarde para dizer que temos presente nesta sessão de hoje a nossa Bancada Estadual eleita na última eleição do dia 03 de outubro: Deputado Hemerson Weroni de Maringá, Deputado Irineu Colombo de Medianeira, Deputado Péricles de Mello de Ponta Grossa, Deputado Ângelo Vannahoni de Curitiba e o Deputado Doutor Rosinha também de Curitiba, que compõem nesta Casa, na próxima Legislatura, a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Anunciamos também com alegria a presença do nosso candidato a Governador, Jorge Samek, que visita esta Casa juntamente com a nossa Bancada eleita. Faz presente neste ato, onde durante esta manhã e durante o período da tarde deste dia, juntamente com a direção do nosso Partido e a presença também aqui do Presidente, José Vidineski, do Diretório Estadual do PT.

Com alegria, anunciamos a presença desses companheiros nesta sessão, e que visitam a Assembléia Legislativa no dia de hoje, e junto conosco, com a direção e a executiva do nosso Partido discutimos, e continuaremos discutindo, a ação Parlamentar da nossa Bancada nos próximos quatro anos nesta Casa de Leis, como também a nossa atuação no Estado do Paraná.

O nosso Partido, sem dúvida nenhuma, temos a certeza que aumentou a nossa Bancada de três para cinco Deputados Estaduais; de três para quatro Deputados Federais, e que isto no 2º turno temos ainda, aqui no Paraná falando, no Estado todo, no País inteiro a nossa Bancada a nível federal teve um aumento significativo no Congresso Nacional, tanto quanto no Senado Federal, e de apenas o Senador Eduardo Suplicy compõe-se agora de cinco Senadores para a próxima Bancada.

A eleição do Presidente da República não foi conquistada ainda desta vez pelo nosso candidato, mas sem dúvida nenhuma tivemos um grande desempenho nesta eleição. E se não fomos os vencedores, o Brasil foi vencedor, a sociedade brasileira foi vencedora, porque o nosso Partido com a coligação que fez a nível Nacional, fez uma grande contribuição para o processo de desenvolvimento que o nosso País terá, tanto no momento político como em todos os incentivos nesse próximo período que aqui se segue.

O bom desempenho nesta conjuntura, onde enfrentamos uma ampla aliança, onde enfrentamos o plano real, onde foi enfrentado toda a mídia, a grande mídia Nacional, consideramos a coligação, a Frente Brasil Popular, representou realmente, apresentou à sociedade os seus planos, os seus propósitos, os seus objetivos, que teve um grande desempenho eleitoral, mesmo assim não tendo um resultado de vitória nas eleições majoritárias.

Aqui no Estado do Paraná um fato histórico também acontecido, a formação de uma aliança entre os Partidos de esquerda e o desempenho dos nossos candidatos majoritários; se pudéssemos dizer, não a nível de voto, mas de desempenho de contribuição política para a campanha, em função da polarização colocada na eleição estadual.

Consideramos que a candidatura da Frente Brasil Popular teve um grande desempenho político, no Paraná, contribuindo para o debate, trazendo para o debate muitas questões que a sociedade do Paraná teve oportunidade de conhecer, de crescer, e sem dúvida nenhuma o Vereador Jorge Samek teve esse desempenho, esteve à frente, puxando esta eleição da Frente Popular, um desempenho excelente nesta contribuição política para o Estado do Paraná.

Temos a certeza que, a partir do próximo Governo que a Bancada do PT, nesta Casa, composta pelos cinco Deputados eleitos, terá um desempenho exemplar como sempre.

Temos a dizer, neste momento, que o PT não se afinou com nenhuma das candidaturas que polarizaram a disputa eleitoral, no Estado do Paraná, entendemos que o Governo instalado no Paraná não se afina com

o nosso projeto, com o Projeto da Frente Brasil Popular. Temos como linha uma oposição, que sem dúvida nenhuma teremos no próximo Governo do Estado, mas uma oposição não conseqüente, mas uma oposição, como foi sempre a nossa prática, uma oposição correta àquilo que for contra os interesses do Paraná, e temos a certeza que a Bancada do PT, nesta Casa, se posicionará favoravelmente àquilo que for do interesse do povo do Paraná e que o Governo do Estado encaminhe a esta Casa e que precise de liberação desta Casa de Leis.

Temos a certeza de que a prática do nosso Partido já é conhecida do povo do Paraná. Queremos e temos certeza que a nossa Bancada, lutará nesta Casa, na legislatura seguinte para que se tenha um real desempenho e que esta Casa desempenhe para a sociedade aquilo que ela deve. Temos a certeza que há muitas transformações a serem feitas, dentro desta Casa de Leis.

Sabemos que vamos ter um compromisso da nossa Bancada, assim como todas as Bancadas de oposição nesta Casa, o de cobrar do futuro Governo aquilo que foi o compromisso eleitoral do Governo na campanha, com o povo do Paraná, e isso não é nada mais do que um compromisso deste próprio Governo que ganhou as eleições. E a nossa Bancada irá, sem dúvida nenhuma, nesta Casa, fiscalizar e cobrar, apoiando as medidas que são necessárias para o povo do Paraná.

Com isso queremos dizer que a nível de Brasil teremos um desafio para fazer com que o povo brasileiro seja correspondido na expectativa de que o Governo Federal possa trazer aquilo que também foi promessa no seu plano de governo, na sua campanha eleitoral, para o povo deste País.

E como é do conhecimento desta Casa a nossa Bancada aqui mesmo desempenha cobranças, fiscalização, encaminhamento de solicitação de soluções também para o Governo Federal e esta prática continuará presente na nossa futura Bancada.

Então queremos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, anunciar que contamos com a presença da nossa Bancada, nesta Casa de Leis, hoje, que visita esta Casa de Leis, que visita a imprensa, que se apresenta à imprensa para debater a sua linha de atuação aqui no Legislativo do Paraná, na próxima legislatura.

Era isso, Senhor Presidente, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Ainda no Horário das Lideranças, PMDB, Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.
Encontra-se, nesta Casa, para votação

na tarde de hoje, um número razoável de proposições, mensagens do Poder Executivo, advindo do IAP, Instituto Ambiental do Paraná, com objetivo de regularização de alguns imóveis na localidade de Boa Ventura e Tigre, no Município de Pitanga.

Sei que pode até parecer estranho num final de ano aparecerem inúmeras mensagens de uma mesma localidade tratando de regularização de imóveis todos acima de cem hectares numa mesma localidade, num mesmo município.

Mas é importante que façamos hoje um esclarecimento e um pequeno histórico do que isto representa para a região Central do Estado do Paraná.

Tivemos há mais de sessenta anos atrás um problema seriíssimo de regularização fundiária naquela região. Títulos concedidos naquela época para pessoas que se diziam proprietárias de imensas áreas de terras e que, na verdade, eram apenas e tão somente grileiros de terras na região central do Estado do Paraná. Esses cidadãos venderam as áreas para os colonos, muitos estrangeiros que vieram para região e outros colonos que se deslocaram da região de São Mateus do Sul, de Irati, de Rebouças, de Mallet, de Guarapuava e tantas outras localidades, comprando títulos de boa-fé, entendendo, na época, que estavam adquirindo um imóvel certo, um imóvel legalizado dentro das normas do Estado.

Entretanto, mais tarde, foi verificado que esses imóveis, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estavam com um vício de origem nesses títulos.

Iniciou-se uma demanda por muitas décadas nessa região.

E, finalmente, no ano de 1982, 83, é que se chegou quase ao final desse impasse na justiça do Estado do Paraná.

Houve, inclusive, na época, casos de até queima de fórum na Comarca de Pitanga, houve inúmeros casos de subtração de documentos dos autos naquelas épocas.

E nós tivemos, na pessoa do Dr. Dario Pereira, o juiz que foi o último a dar a sentença, a prolatar a sentença no Município de Pitanga nos idos de 1982, subindo, então, para outra instância, havendo uma decisão final do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Após essa decisão judicial, o Governo do Estado iniciou um processo de regularização fundiária em toda aquela região.

Instituiu no Município de Pitanga um escritório especializado do ITCF com estrutura adequada, com pessoal técnico especializado que fez um trabalho durante longos anos, fazendo uma nova medição de todos esses imóveis lá na região, do imóvel do Tigre e do Boa Ventura que davam, aproximadamente, cem mil hectares de ter-

ras que estavam em litígio até então.

Foram iniciados os processos de medições, os processos de reconhecimento, regularização de áreas, enfim, uma série de fatores em que o ITCF promoveu desde 1983, 84, 85, quando era Governador do Estado do Paraná, Sua Excelência o Dr. José Richa.

A partir do ano de 1986, começaram a ser entregues pelo Governo do Estado do Paraná os primeiros títulos de propriedades aos legítimos proprietários que já residiam naquela localidade por longos e longos anos.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DE
TÍTULOS DE TERRAS EXPEDIDOS NO MUNICÍPIO
DE PITANGA, ATÉ O MOMENTO
(Imóveis Tigre e Colônia Boa Ventura)

ANO	Nº TIT.	Nº LOTES	Nº FAM.	ÁREA/HA
1986	26	26	26	822,8777
1987	275	275	275	5.498,0099
1988	351	351	351	8.578,7216
1989	312	312	312	5.845,2871
1990	11	11	11	507,4326
1991	440	440	440	7.542,3592
1993	511	511	511	13.769,1448

E nesse ano de 1994, temos no IAP mais sessenta e cinco títulos de propriedade ainda de imóveis abaixo de cem hectares para serem entregues na região e que deverão ser entregues até o final deste ano e, na pior das hipóteses, no início do próximo ano com o novo Governo que assumir no Estado do Paraná.

Mas tivemos, dentre todos esses anos, os que ficaram por último, uns títulos que são acima de cem hectares e que dependem, por força da lei, da anuência da Assembleia Legislativa para que esses proprietários possam receber esses títulos legítimos de propriedades.

Nesses anos todos foram entregues na região 1926 títulos de propriedades com área total de 42,43 mil hectares de áreas legalizadas. Existem mais alguns outros títulos que eu não tenho os dados aqui no momento, porque 1992, que eu disse que não foi entregue nenhum título, nós não temos esses dados.

Eu queria fazer um alerta, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que esses títulos que se encontram hoje na Casa, são os frutos de um trabalho incansável dos funcionários do IAP, antigo ITCF, são áreas em que muitas dessas pessoas já tinham o seu título de terras, para eles legítimo, com o devido registro da circunscrição imobiliária lá na comarca de Pitanga e que foram cancelados, por força de uma ação, visando legitimar todas as

áreas da região.

E essas pessoas ficaram desde o ano de 1986 sem o título da propriedade, sem poder ter um documento hábil para financiamento das suas produções, das suas plantações agrícolas da região, passando situações que só nós, que estávamos na região como o Deputado Cezar Silvestri, que é nosso vizinho e companheiro, inclusive tem propriedade na região, sabemos perfeitamente da situação aflitiva que passaram essas pessoas nessa região.

Senhor Presidente, é importante que se faça justiça.

Não é só com a anuência da Assembleia Legislativa. Ainda, após a anuência, voltará à Casa Civil e o Governador deverá assinar esses documentos, voltando para a circunscrição imobiliária em Pitanga a fim de que seja passada a escritura para o Governo do Estado do Paraná. E tão somente após isso é que o próximo Governador deverá titular os legítimos proprietários efetivamente.

Tem famílias aqui que estão há quarenta, cinquenta anos, já passou de pai para filho e para neto a propriedade e o cidadão ainda não viu o seu título de propriedade.

E sabemos o que é uma família ter apenas uma única propriedade. Por mais que seja apenas de 80 ou 100 alqueires que alguns podem entender como um pequeno latifúndio, quando estes cidadãos foram para a Região há 40 anos atrás, 50 anos atrás, 50, 100, 200, 300 alqueires de terra não eram praticamente nada naquela época. E eles foram lá, desbravando a mata, tendo dificuldades com as famílias, passando necessidades e, após 40 anos, eles ainda não viram o título legítimo de propriedade.

Tem cidadão que morreu na esperança de ver o seu título de terra e não conseguiu.

Passou para seu filho e este continuou lutando e acabou falecendo também e não viu o seu título definitivo de terra e o seu neto é que deverá receber este título hoje.

Portanto, Srs. Deputados, nós que acompanhamos este processo desde 1986, que acompanhamos a luta, o dia-a-dia de cada cidadão desta propriedade que tem 10, 50, 100 ou 300 alqueires de terra, queremos que se faça justiça e que possamos votar isto aqui, faço um apelo aos Srs. Deputados, para que o mais breve possível possamos ver estes cidadãos receberem o que lhes é já de direito há mais de quatro, cinco décadas neste Estado do Paraná.

Esta é a verdadeira reforma agrária, é a legitimação deste título. Foi complicado sim, as dificuldades foram muitas, problemas de divisas, de confrontações, problemas de outros que venderam seus imóveis: muitos problemas tivemos, mas estamos che-

gando ao final de um grande impasse na Região Centro do Estado do Paraná.

É bom que se diga, Sr. Presidente, para concluir, isto gerou inclusive o avançamento do desenvolvimento na Região Central do Paraná. Ninguém queria adquirir terras na Região Central do Paraná porque se diziam ilegítimas, não legalizadas.

Portanto peço que façamos justiça aprovando estas Mensagens para que os proprietários legítimos possam ter suas terras devidamente legalizadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Ainda no Horário das Lideranças.

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

Liderança do Governo.

(Declina).

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 38 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga a sede do Município de Sengés ao Município de Doutor Ulysses. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo do Estado ao Município de Tapira - PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 099/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita ao Município de Curitiba, o imóvel, sendo 2 prédios, situados nesta capital, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/94, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Geraldo Maluta, a Rodovia PR-436, no trecho entre Itambaracá e Porto Almeida. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 120, de 17.10.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 239/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Hermas Brandão, o Projeto de Lei nº 239/94, tem por finalidade denominar Geraldo Maluta, a rodovia PR-436, no trecho entre Itambaracá e Porto Almeida.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 08.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 239/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, objetiva denominar Geraldo Maluta a Rodovia PR-436, no trecho entre Itambaracá e Porto Almeida.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Desta forma, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, recebendo, portanto, o presente projeto de lei, parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 07.11.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/94, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao DETRAN-PR, o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. nº 101, de 23.08.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 305/94

De autoria do Deputado José Afonso, o Projeto de Lei nº 305/94, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Estadual a doar ao DETRAN-PR, o imóvel que especifica.

Da análise do referido projeto, em se

tratando de medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 18.10.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 305/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre Deputado José Afonso Júnior, objetiva autorizar o Poder Executivo Estadual a doar ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, o imóvel que especifica.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, recebendo portanto o parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

Em votação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamentavelmente, o autor do projeto, Deputado José Afonso Júnior, não se encontra em Plenário, porque estranhamos o conteúdo deste projeto onde o Estado é autorizado a doar um terreno para o próprio Estado. Em outras palavras, o Poder Executivo está sendo autorizado a doar ao DETRAN um terreno de sua propriedade.

Deve ter havido algum equívoco na Comissão de Constituição e Justiça por ter passado pela mesma um projeto nesta natureza. O que seria recomendável, Senhor Presidente, em exercício na Presidência, e Vossa Excelência que é um serventuário da Justiça competente, o ideal seria uma escritura de ratificação, onde os doadores poderiam dar nova destinação ao imóvel, porque é fruto de uma doação e não de uma escritura de compra e venda, de modo que seria recomendável que esse projeto, embora o seu autor não estivesse presente, fosse retirado da Ordem do Dia.

Já que estou encaminhando, Senhor Presidente, este projeto, também estou estranhando e naturalmente os Senhores Deputados também devem estar, é um projeto de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Governo do Estado a doar à Prefeitura Municipal do Município de Piraí do Sul um imóvel.

Na sua justificativa diz o ilustre Deputado de Ponta Grossa que neste imóvel, numa área de 92.000 m², o equivalente a

quase 4 alqueires de terra, está atualmente ocupada pelo 3º Distrito Rodoviário, sendo que neste local existem as moradias de 27 funcionários do DER, Departamento de Estradas de Rodagem, muitos deles já aposentados, sem porém, possibilidade alguma de adquirirem outras áreas para desocuparem os lotes onde estão assentados.

É muito estranhável, Senhor Deputado Djalma de Almeida César, que o Estado do Paraná doe à Prefeitura Municipal e à Prefeitura, naturalmente fará a doação para essas pessoas que estão habitando essas casas que pertencem ao Departamento de Estradas de Rodagem e em consequência ao DER. Talvez uma outra fórmula, partindo do Poder Executivo, seria a solução ideal.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 305/94. **Aprovado.** Fica portanto retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 305/94).

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/94, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraí do Sul, o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** Com voto contrário do Senhor Deputado Colombino Grassano. (Publ. no D.A. nº 108 de 12.08.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 325/94.

P A R E C E R:

Autor: Djalma de Almeida César.

Analisando o projeto de lei em epígrafe, por ser meramente de ordem autorizatória, não encontramos qualquer óbice quanto a sua tramitação regimental, até final de liberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 18.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 325/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, o projeto de lei em análise objetiva autorizar o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Piraí do

Sul o imóvel que especifica.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma. Assim sendo, esta douda Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, recebendo, portanto, o presente projeto de lei parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 07.11.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a realizar revestimento asfáltico, conforme especifica. (Rodovia dos Minérios). COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 330/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias, no sentido de promover o revestimento de asfalto primário no trecho compreendido entre o Bairro Monterey pela Rua Ladislau Bugalski, até a Rodovia dos Minérios, no Município de Almirante Tamandaré.

Parágrafo Único - As obras de revestimento asfáltico de que trata este artigo, deverão ser efetuadas pelo Governo Estadual em convênio com a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Há tempos, grande parte da população de Almirante Tamandaré "clama" pela pavimentação do trecho compreendido entre o Bairro Monterey e a Rodovia dos Minérios, face à sua importância dentro do sistema viário municipal, e às suas condições de uso, que melhorariam consideravelmente se as obras mencionadas nesta proposição fossem realizadas.

Assim, pedimos o apoio dos nobres Pares para que aprovelem este nosso projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 330/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, por ser meramente de ordem autorizatório, não encontramos qualquer óbice que impeça sua tramitação regimental, até fi-

nal deliberação pelo doudo e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 18.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 330/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, o projeto de lei em análise objetiva autorizar o Poder Executivo a realizar revestimento asfáltico, na Rodovia dos Minérios, conforme especifica.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douda Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, recebendo, portanto, o presente projeto de lei parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 083/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Arno Strapasson, o imóvel dos Lotes nºs 11 e 18, da Gleba nº 01 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. (Publ. no D.A. nº 97 de 15.08.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 068/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 083/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar ao Senhor Arno Strapasson o imóvel constituído do lote nº 11 e do lote nº 18, da Gleba 01, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar ao Senhor Arno Strapasson, imóvel que especifica na Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Em votação.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, ouvimos as explicações dadas pelo Deputado Renato Adur a respeito das questões que tratam da titulação das terras conforme ele esclareceu ali a também constam da Ordem do Dia.

Estamos apresentando à Casa nesta oportunidade, requerimento assinado por diversos Srs. Deputados, pedindo melhores informações que possam esclarecer essas doações, visto que quando aqui se diz, quando o Governador afirma também no seu encaminhamento que já teve pronunciamentos técnicos e jurídicos do ITCF, hoje IAP, da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida, não pudemos nem na Comissão de Constituição e Justiça e menos neste Plenário ainda, tomar conhecimento desses documentos que possam ser mais esclarecedores. Então temos a necessidade de termos conhecimento os documentos comprobatórios que levam a essas medidas.

Com isso não estamos colocando em dúvida aquilo que afirma S. Exa. o Sr. Governador, mas há necessidade de que tenhamos acesso a essa documentação, visto que no encaminhamento do referido projeto, não se especifica às pessoas que aqui estão denominadas, a quantidade de terras que cabe a cada uma, nem tampouco os respectivos registros citados no encaminhamento de S. Exa. o Sr. Governador.

Estamos encaminhando à Casa, esse pedido de informações para que se possa votar com maior tranquilidade essa quantidade significativa de terras do Estado do

Paraná. Estamos encaminhando, nesta oportunidade à Mesa, requerimento que diz:

"Súmula: Requer informações sobre as proposições que visam alienar imóveis do Estado do Paraná: Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o douto Plenário, informações detalhadas sobre as alienações pretendidas pelo Poder Executivo e objeto de diversas proposições em andamento nesta Casa de Leis."

Então, voltamos a frisar: há necessidade de que se anexe aos referidos Projetos essas informações que Sua Excelência o Senhor Governador diz ter conhecimento das mesmas. Mas que, lamentavelmente, não chegaram ao conhecimento dos Deputados nesta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Continua em votação. Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, compreendo a preocupação do Deputado Paulo Maia, da Bancada do PDT. Mas queria aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, reiterar ao Líder do PDT de que quanto mais protelarmos esta questão mais dificuldades os nossos agricultores vão passar na região. Já é uma luta de mais de dez anos. O Estado não está doando nada, esta alienação apenas é uma questão formal porque estes cidadãos já eram proprietários dessas terras, tinham o seu título de propriedade devidamente registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga. O que houve foi, devido a uma ação promovida pelo Estado, uma ação anulatória de uma área de cinquenta e tantos mil hectares num dos grilos que era do Boaventura e quarenta e tantos mil no outro que era do Boaventura. Com a sentença da instância superior, todos os títulos de propriedade ficaram anulados.

São pessoas que eram, Deputado Paulo Maia, legítimos proprietários e que da noite para o dia eles se viram na condição de sem-terras, vamos dizer assim, com famílias todas naquela região e o processo de regularização já passou por três governos.

Começando com o Governo Richa, vindo pelo Governo Álvaro Dias e agora no Governo Roberto Requião e Mário Pereira, e vai, com toda certeza, também no Governo do Sr. Jaime Lerner.

Existem ainda dezenas de títulos no IAP que não foi conseguido chegar a um consenso na questão da delimitação das áreas.

Estes documentos que aqui estão, só estão aqui porque passaram por um crivo, por uma medição criteriosa pelos funcionários

do IAP em toda a Região. E diga-se mais ainda: uma reforma agrária pacífica na região. Aonde os colonos da Região - por inúmeras vezes - quiseram fazer levantes, protestos e o pessoal do IAP, - nós lideranças políticas da região toda pedindo calma que os títulos saíam. Não estamos fazendo favor nenhum a estes cidadãos, em conceder-lhes um título de propriedade que já era deles há muito tempo atrás. O que houve foi um vício numa escritura anterior que foi legalizada e que o Governo, procurando salvaguardar também, o direito do cidadão, promoveu uma ação visando anular aquele documento todo.

Nesses 50, 60 anos - Deputados Paulo Maia, muitos também venderam suas propriedades desiludidos, abandonaram suas terras venderam pela metade do preço, entraram aproveitadores e estes que aqui estão são aqueles que agüentaram 50, 60 anos.

Estamos fazendo justiça com esses cidadãos. Faço um apelo ao Deputado Paulo Maia que não se está alienando a ninguém que não era proprietário, está apenas se dando legitimidade a alguém que já reside e produz, ele e a sua família na propriedade há muitos e muitos anos. Temos o testemunho de um colega de Bancada dos Senhores que sabe e conviveu com esses problemas também na região.

E tem mais ainda: esses cidadãos ainda terão que pagar a medição e um valor mínimo estipulado pelo Estado. Tem pessoas aqui que estão pagando, praticamente novamente o preço dessa terra. Mas eles já estão aceitando porque estão vendo que agora é o fim de um impasse na região.

Então está tudo de acordo, os colonos estão de acordo, tudo está conforme a Lei previu. Faço um apelo ao Deputado Paulo Maia, que votemos hoje em primeira discussão e que possamos nos reunir após a Sessão ou amanhã, tenho certeza de que o IAP hoje pela manhã já prestou algumas informações à Assessoria da Deputada Emilia Belinati também a este respeito.

Estamos e estaremos à disposição. Não gostaria de prorrogar esta votação, Sr. Presidente. Faço um apelo à Bancada do PDT que votemos hoje para que votemos hoje e amanhã então possamos discutir melhor esta questão.

O. SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Esta questão das Mensagens Governamentais que objetiva conseguir autorização da Assembléia Legislativa para alienar imóveis a diversas pessoas em alguns municípios do Paraná sendo a maioria deles em Pitanga é um assunto como diz o Deputado Paulo Maia que está sendo tratado há muitos anos e com o qual nós temos também no dia-a-dia lidado, já que temos também base

política na Região Central do Paraná.

Por mais de uma vez já estivemos reunidos com Secretários do Meio Ambiente, com Diretores do ITC, do ITCF e agora do IAP tratando deste assunto. E é necessário que se diga que ao longo desses anos todos milhares de títulos de regularização fundiária já foram emitidos pelos Governadores do Estado do Paraná. Esses estão vindo à Assembléia pedindo autorização para serem alienados porque a Constituição do Estado estabeleceu que áreas superiores a 100 hectares a sua alienação somente poderia ser feita mediante autorização da Assembléia.

Como disse o Deputado Adur, muitas dessas pessoas são posseiros que lá estão há muitos e muitos anos e que adquiriram com o seu trabalho, com a sua persistência essas áreas de terras. Outros são pessoas que adquiriram as posses também há alguns anos e como disse o Deputado Adur nesse objetivo de regularizar o grilo do Tigre e o grilo de Boa Ventura que tem abrangência nos municípios de Pitanga e Manoel Ribas o Governo do Estado anulou todos os documentos existentes e passou a fazer um levantamento minucioso e criterioso tanto que instalou em Pitanga um escritório regional especial do ITCF, ITC e IAP de hoje.

Então, pessoalmente, entendo que este assunto está devida e corretamente encaminhado pela Secretaria de Meio Ambiente, pelo Instituto Ambiental do Paraná, todas as precauções foram tomadas e como disse o Deputado Adur essas pessoas que irão ter esses imóveis alienados a seu favor para obter esse assunto em definitivo terão que novamente pagar. É evidente que é um preço que não corresponde nos dias de hoje ao valor de mercado dessa terra, mas é um preço que restabelece em alguns casos quase que a necessidade desse produtor rural de adquirir de novo aquilo que adquiriu comprando posses de algumas outras pessoas ou que adquiriu na força do trabalho, na persistência de 30, 40, 50, 100 anos de lutas deles ou de seus ancestrais.

Acho pessoalmente que esta matéria deveria ser apreciada pelos Deputados, ser aprovada porque acredito que é uma questão de se corrigir injustiças que no passado aconteceram e que deixaram essas pessoas em alguns momentos até à margem do processo produtivo porque tendo suas matrículas e seus documentos todos cancelados ficaram eles impedidos de buscar através do sistema financeiro os recursos do crédito rural para fazerem suas lavouras.

Entendo pessoalmente que essas pessoas foram por demais já punidas. Não conheço nenhum deles mas conheço a história e por conhecer a história é que faço a defesa deles aqui na Assembléia pedindo aos Deputados que autorizem essas alienações que

estão aqui, outras que estão na pauta e outras que estão tramitando pela Casa.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Digo ao Deputado Renato Adur e também ao Deputado Pessuti que também temos a preocupação com a regularização dessas terras. Não estamos colocando em dúvida o direito desses trabalhadores a terem a regularização das suas terras.

O que estamos pedindo, simplesmente, é que melhores esclarecimentos sejam dados.

Se estes senhores, aqui como já disse, como consta do ofício de Sua Excelência, o Senhor Governador, tem uma titulação, e todo o processo dá direito a esses trabalhadores, nada há que impeça ao conhecimento da Casa essa titulação feita nos registros de imóveis da região, ou das regiões competentes.

Então, há necessidade do conhecimento dessa titulação que se diz ter nos registros de imóveis que comprovam o direito de propriedade.

Não estamos colocando em dúvida, Deputado Pessuti, nem Deputado Adur, simplesmente nós vimos aqui constados alguns dados que não fazem parte das explicações e da iniciativa do projeto.

Só queremos apenas isto, concordamos com o direito desses trabalhadores, mas há necessidade de que tenhamos esse conhecimento.

Por isso, estaremos votando nesta primeira sessão, esperando que até amanhã, ou ainda hoje nós possamos ter conhecimento da documentação que foi apresentada ao Governador, da documentação que deve ter sido apresentada ao IAP, e que não foi trazida ao conhecimento da Casa.

As questões são apenas estas. Não há dúvida alguma, não estamos colocando em dúvida a seriedade da iniciativa; e daremos apoio à iniciativa. Só nos falta alguns esclarecimentos que consideramos fundamentais para que a gente possa votar de consciência tranqüila na iniciativa que nós achamos louvável, tem o apoio da nossa bancada, achamos louvável, porque achamos que o trabalhador não pode ser impedido do seu trabalho por falta de uma titulação, e achamos que isso deve acontecer da forma mais séria, que eu tenho certeza que Sua Excelência, o Governador, está encaminhando. Temos a necessidade sim desses documentos que não foram trazidos ao conhecimento da Casa. É só essa questão que nós colocamos como fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em votação o item 8, 1ª discussão do Projeto de Resolução nº 024/94. Aprovado.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 025/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 080/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Francisca Alves dos Santos, o imóvel do lote nº 25, da gleba nº 16, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 15.08.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 065/94

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 080/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo a alienar a Senhora Francisca Alves dos Santos, o imóvel constituído do lote nº 25, da Gleba 16, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/94

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar imóvel de nº 25, da gleba 16, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/94, de autoria da Comissão de Consti-

tução e Justiça - Mensagem nº 084/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar aos Senhores Luiz Grégio e Carlos Alberto Grégio, o imóvel do lote nº 05, da Gleba nº 04, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 97 de 15.08.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 069/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem nº 084/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Luiz Grégio e ao Senhor Carlos Alberto Grégio, o imóvel constituído do lote nº 05, da Gleba nº 04, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar aos Senhores Luiz Grégio e Carlos Alberto Grégio, imóvel que especifica, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 027/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 096/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Mário César Neves, o imóvel denominado Lajeado ou Banhadinho, situado no Município de Sapopema, Comarca de Curiúva. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 97 de 15.08.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 081/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 096/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar ao Senhor Mário César Neves, o imóvel denominado Lajeado ou Banhadinho, situado no Município de Sapopema, Comarca de Curiúva.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo alienar ao Sr. Mário Cesar Neves, o imóvel que especifica no Município de Sapopema.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.94

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 029/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 097/94. Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Valdemar Gralak, o imóvel do lote nº 08, da Gleba nº 04 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 97, de 15.08.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 082/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 097/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar ao Senhor Valdemar Gralak o imóvel constituído do lote nº 08, da Gleba nº 04, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 112,7053 ha, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar a Valdemar Gralak, imóvel que especifica, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº

030/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 085/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Olga Sass Forekevicz, o imóvel do lote nº 05 da Gleba nº 15 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 97, de 15.08.94. - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 70/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 085/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Senhora Olga Sass Forekevicz, o imóvel constituído do lote nº 05, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar a Olga Sass Forekevicz, imóvel que especifica, no Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 078/94. Autoriza o Poder Executivo, através do

Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor José Maria de Lima, o imóvel do lote nº 30, da Gleba nº 16 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 15.08.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 063/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 078/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar ao Senhor José Maria de Lima, o imóvel constituído do lote nº 30, da Gleba nº 16, Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar ao Senhor José Maria de Lima, imóvel que especifica, na Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 15

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 033/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 095/94. Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Ovídio Afonso Vecchi, o imóvel do lote nº 116, da Gleba nº 07 da Co-

lônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 15.08.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 080/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 095/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar ao Senhor Ovídio Afonso Vecchi, o imóvel constituído do lote nº 116, da Gleba nº 07, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar a Ovídio Afonso Vecchi, imóvel que especifica, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
EDSON SILVA LINO - Relator.

ITEM 16

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 034/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 087/94. Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Roberto Ritty, o imóvel do lote da Gleba Lambari do Município de Sapopema. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97,

de 15.08.94)

PROPOSIÇÃO Nº 78/94

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 072/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 087/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar ao Senhor Roberto Ritty, o imóvel constituído dos lotes nºs 31, 32A e 33, da Gleba Lambari, do Distrito Lambari, Município de Sapopema.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar a Roberto Ritty, o imóvel da Gleba Lambari, no Município de Sapopema.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 035/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 093/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Aquilino Panichella, o imóvel do lote nº 146 da Gleba nº 02 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 15.08.94. - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:
Oriunda da Mensagem Governamental nº 093/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar o Senhor Aquilino Panichella, o imóvel de lote nº 146, da Gleba nº 02, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 035/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar a Aquilino Panichella, o imóvel de nº 146, da Gleba nº 02, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
JOSE AFONDO JÚNIOR - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 037/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 091/94. Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Benedito Singulani, o imóvel denominado Barra Grande, Bairro do mesmo nome, no Município de Sapopema. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 15.08.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 076/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 091/94, a presente proposição autoriza o

Poder Executivo alienar ao Senhor Benedito Singulani, o imóvel denominado Barra Grande, bairro do mesmo nome, no Município de Sapopema.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar ao Senhor Benedito Singulani, o imóvel que especifica, no Município de Sapopema.

A proposição já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
EDSON SILVA LINO - Relator.

ITEM 19

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 039/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça- Mensagem nº 081/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Vassilio Forekevicz, o imóvel do Lote nº 80, da Gleba nº 07, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, com área de 37.1916 ha. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 15.08.94-Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 066/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 081/94, a presente proposição autoriza o

Poder Executivo alienar ao Senhor Vassilio Forekevicz, o imóvel constituído do lote nº 80, da Gleba 07, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, com área de 37.1916 ha.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar a Vassilio Forekevicz, imóvel que especifica, na Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator.

ITEM 20

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 040/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça- Mensagem nº 090/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Vassilio Forekevicz e Vlademiro Forekevicz, o imóvel do Lote nº 11, da Gleba nº 15, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C. Aprovado. (Publ. no DA. nº 97, de 15.08.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 075/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº

090/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar aos Senhores Vassílio Forekevitz e Vlademiro Forekevitz, o imóvel constituído do lote nº 11, da Gleba nº 15, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) Erondy Silvério - Presidente
Nelson Garcia - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar a Vassílio Forekevitz e Vlademiro Forekevitz, o imóvel que especifica, na Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
EDSON SILVA LINO - Relator

ITEM 21

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 042/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 089/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar aos Senhores Angelo Nelvir Gadens e Sebastião Conrado, o imóvel do lote nº 16 da Gleba nº 16 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 15.08.94. - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 74/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 089/94, a presente proposição autoriza o

Poder Executivo alienar aos Senhores Angelo Nelvir Gadens e Sebastião Conrado, o imóvel constituído do lote nº 16, da Gleba 16, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 042/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar aos Senhores Angelo Nelvir e Sebastião Conrado, imóvel que especifica, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

ITEM 22

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 043/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 086/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar aos Srs. Miguel Batista, Nelson Jesus Batista e Oswaldo Batista, o imóvel do lote nº 44, da gleba nº 02 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97 de 15.08.94 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 071/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 086/94, a presente proposição autoriza o

Curitiba, quarta, em 09.11.94

Poder Executivo alienar aos Senhores Miguel Batista, Nelson de J. Batista e Oswaldo Batista o imóvel constituído do lote nº 44, da gleba nº 02, Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 043/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar aos Senhores Miguel Batista, Nelson de Jesus Batista e Oswaldo Batista, o imóvel que especifica, no Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
EDSON SILVA LINO - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 044/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 082/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Arthur da Silva Leme Neto, o lote nº 83 do imóvel Cinco Encruzilhadas, Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97 de 15.08.94 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 067/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 082/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar ao Senhor Arthur da Silva Leme Neto o imóvel constituído do

lote 83, do imóvel cinco encruzilhadas, Município de Pitanga, com área de 200.7380 ha, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 044/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar ao Senhor Arthur da Silva Leme Neto o lote nº 83 do imóvel Cinco Encruzilhadas no Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
JOSE AFONSO JÚNIOR - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 045/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 088/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Claudio Conrado, o imóvel do lote nº 52, da gleba nº 15 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97 de 15.08.94 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 073/94

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 088/94, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar ao Senhor Claudio Conrado, o imóvel constituído do lote 52,

da gleba nº 15, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual é da competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo alienar a Claudia Conrado o imóvel nº 52 da gleba nº 15, Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre

a mesa, Requerimento nº 2474, de autoria dos Srs. Deputados Paulo Maia, Emilia Belinnati, Algaci Túlio com apoio dos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Elío Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2475, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2476 e 2478, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2473 e 2479, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2470, 2471, 2477, 2480 e 2481, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2469 e 2472, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10 às 9:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 327/91, 239/94, 325/94, 330/94 e dos de Resolução nºs 024/94 a 027/94, 029/94 a 031/94, 033/94 a 035/94, 037/94, 038/94, 040/94 e 042/94 a 045/94.

Levanta-se a sessão.